



**MINISTÉRIO DA CULTURA
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL**

RELATÓRIO

26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO CNPC

17/12/2015

BRASÍLIA /DF



MINISTÉRIO DA CULTURA
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL

RELATÓRIO: Reunião 26ª Ordinária do Plenário do CNPC - 17/12/2015

Data: Brasília, 17 de dezembro de 2015.

Horário: 09h às 14h

Local: Ed. Parque Cidade Corporate - SCS – Quadra 09 – Lote C – Bloco B – 12º andar CEP: 70.308-200 - Brasília/DF

- Composição da Mesa:

Sistema MinC

Sr. Vinicius Wu – Secretário de Articulação Institucional do Ministério da Cultura (SAI/MinC) / Secretário Geral do CNPC

Sra. Lia Calabre – Presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa

Sr. Andrey Schlee – Representante do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Culral; Diretor do Patrimônio Material (IPHAN/MinC)

Sr. Volnei Cunha Canônica – Diretor do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas do Ministério da Cultura

Sr. Leonardo Lessa – Representante da Fundação Nacional das Artes; Diretor do Centro de Artes Cênicas (CEACEN/Funarte/MinC)

Sr. Neidmar Roger Charão Alves – Presidente do Fórum Nacional dos Conselhos de Cultura (CONECTA)

Sr. Eduardo Werneck Mattedi – Diretor do Sistema Nacional de Cultura (SAI/MinC)

Presentes na Plenária:

Representantes do Poder Público:

Casa Civil da Presidência da República:

Suplente: Sra. Mariana B. de M. Parente Sade.

Ministério das Cidades:

Suplente: Sra. Letícia Miguel Teixeira.

Ministério do Meio Ambiente:

Suplente: Sra. Patrícia Fernandes Barbosa.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:

Titular: Sr. Jorge Abrahão de Castro;

Suplente: Sr. Leonardo de Vargas Marques.

Ministério das Comunicações:

Suplente: Sra. Wanessa Queiroz de Souza Oliveira.

Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República:

Titular: Sra. Manuela Nunes de Lorenzo Costa;



MINISTÉRIO DA CULTURA
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL

Fórum Nacional do Sistema S:

Titular: Sra. Márcia Costa Rodrigues
Suplente: Sra. Marta Raquel Colabone

Representantes da Sociedade Civil, nos respectivos Colegiados Nacionais Setoriais:

Patrimônio Imaterial:

Titular: Sr. Paulo Henrique Menezes da Silva

Culturas Populares:

Suplente: Sr. Henrique Pereira Rocha

Culturas Afro-Brasileira:

Titular: Sr. Adegmar José da Silva

Artesanato:

Titular: Sra. Vânia Maria de Oliveira Santos

Culturas Indígenas:

Não teve representação

Arquitetura e Urbanismo:

Titular: Sr. Rafael Pavan dos Passos

Arquivos:

Titular: Sra. Doralice dos Santos Romeiro

Design:

Titular: Sr. José Augusto Tulio Filho

Moda:

Titular: Sra. Kathia Castilho Cunha

Museus:

Titular: Sra. Ana Silvia Bloise

Patrimônio Material:

Suplente: Sra. Alessandra Costa Gomes

Arte Digital:

Titular: Sra. Gabriela Silveira Barbosa

Artes Visuais:

Titular: Sr. Davy Alexandriski

Dança:

Titular: Sra. Ana Beatriz Magalhães Mattar

Musica Erudita:

Titular: Sr. Antônio Francisco de Sales Padilha

Música Popular:

Titular: Sr. Manoel José de Sousa Neto

Livro, Leitura e Literatura:

Titular: Sr. Carlos Henrique da Silva Gonçalves Figueiredo

Circo:

Titular: Sra. Luana Macena de Melo

Teatro:

Titular: Sr. Oseas de Moraes Borba Neto



**MINISTÉRIO DA CULTURA
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL**

Representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC):

Titular: Sra. Fernanda Antônia da Fonseca Sobral

Representante de entidades de pesquisa na área de cultura – IPEA:

Titular: Sr. Frederico A. Barbosa da Cunha

Representante das organizações da Sociedade Civil – Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPdC):

Titular: Sra. Alice Monteiro Lima

- Início da primeira Reunião do Pleno do CNPC:

Sr. Vinicius Wu, Secretário de Articulação Institucional e Secretário Geral do CNPC, compõe a mesa e inicia a reunião apresentando a proposta de encaminhamentos:

Propomos que esta reunião seja objetiva e centrada nos preparativos para agenda do ano que vem. Hoje não devemos realizar grandes debates, mas que seja pactuado o funcionamento do CNPC para 2016. Na reunião prevista para o 1º trimestre de 2016, devem estar presentes todas as representações do pleno, sendo os representantes do poder público e os membros da sociedade civil através dos respectivos colegiados setoriais, quando serão empossados todos os membros dos colegiados setoriais. Nesta primeira reunião, com todos os presentes, serão aprofundados os assuntos da pauta e agenda sobre o funcionamento do Conselho, aqui propostos e encaminhados, como também deverá ser apresentada a agenda de cada colegiado setorial. Pretendemos propor mudanças efetivas e um conjunto amplo de questões que serão debatidas e pactuadas para o funcionamento do conselho, diante das realidades de cada setor aqui representado e de cada ação que deverá ser devidamente encaminhada.

Quanto a pauta e agenda aqui apresentada, sugiro que sejam tratadas e aprofundadas através da montagem de grupos de trabalho, onde devem ser estudadas, sistematizadas, compartilhadas com seus pares e apresentadas na próxima reunião. Isso não limita os temas a serem apresentados, obviamente serão inseridos como pautas por cada setorial aqui representado e serão tratadas e desenvolvidas como metas para o próximo ano.

Dentro das propostas de alteração no Decreto Nº 5520/ 2005 (que dispõe sobre a composição e o funcionamento do CNPC), e Portaria Nº 28/2010 (que aprova e publica o Regimento Interno do CNPC), devemos prever a estruturação dos assentos aprovados no pleno do ano passado, da mesma forma que devemos prever a representatividade do poder público. Após a conclusão dos trabalhos, será aberto para a proposição de questões para composição da pauta a ser definida no final desta reunião.

O Sr. Secretário Vinicius Wu, propõe a abertura da apresentação dos novos membros do Plenário do Conselho Nacional de Política Cultural:



MINISTÉRIO DA CULTURA
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL

Sr. Davy Alexandrisky – Conselheiro de Artes Visuais: é o único remanescente do CNPC aqui, citou que o colegiado hoje possui somente 3 (três) membros do antigo colegiado. “Hoje temos um colegiado literalmente renovado, não somente em nomes, mas dos 15 integrantes, 9 eram fotógrafos, este é muito diferente inclusive no conceito, hoje de fotógrafo só tem eu.” Para fazer uma apresentação precisamos ter o colegiado presente para que seja possível dinamizar as características dos membros e construir este processo, de acordo com a nova composição.

Sra. Alice Monteiro - Representante da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura.

Sra. Doralice dos Santos Romeiro – Conselheira de Arquivos, apresentou uma sugestão de encaminhamento – a leitura de uma carta que os conselheiros do colegiado solicitaram que seja lida, diante de uma situação ocorrida na eleição do colegiado de arquivos, que trata da titular e suplente eleitas no Fórum. Considerou pertinente não falar sobre o colegiado, pois só tiveram contato na eleição.

Sr. Paulo Henrique Menezes da Silva (Mestre Paulão Kikongo) – Conselheiro de Patrimônio Imaterial, iniciou sua fala pedindo que gostaria de ser tratado como Mestre Paulão Kikongo, não como Paulo Henrique Menezes da Silva, pois é Mestre de Capoeira, e representa aqui a capoeira no Colegiado Setorial de Patrimônio Imaterial. Foi reeleito, atuou nos últimos 2 anos e é um prazer poder contribuir com este processo. Tem muitas questões para tratar sobre o estado do Rio de Janeiro e sobre sua representação, em sua cidade é membro do Conselho Estadual de Cultura, o Conselho foi aprovado junto ao Plano Estadual de Cultura. Também faz parte do grupo de salva guarda do IPHAN.

Sr. José Augusto Tulio Filho, Conselheiro do Colegiado de Design, também teve o processo de renovação na sua totalidade, ficamos em 3 membros do colegiado anterior. Hoje sem dúvida é um colegiado bastante plural e representativo, o colegiado já começou a trabalhar no Fórum, com foco na aprovação do Plano Setorial de Design, que foi desenvolvido e aprovado em audiência pública. É um colegiado bastante transversal e tem muito a contribuir para a cultura.

Sr. Carlos Henrique Gonçalves, Conselheiro do Colegiado Livro, Leitura e Literatura, o colegiado também foi bastante renovado, ficaram também 3 (três) membros do colegiado anterior, temos um grupo bem organizado e já definimos a pauta de trabalho, da mesma forma que a Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas, trabalha muito com o colegiado. Estão fazendo um diálogo com o Congresso Nacional, “estamos na fase da institucionalização do Plano Nacional do Livro e Leitura, que em 2016 faz 10 anos.” O processo já tramitou na Casa Civil, no Ministério da Educação, tramita novamente para a Casa Civil, quando será apresentado ao Congresso, o colegiado propõe não atuar somente na área de uma Política Governamental mas uma Política de Estado. O Colegiado terá outras questões estruturais a serem tratadas e apresentadas na continuidade do processo.

Sr. Leonardo Lessa, diretor do Centro de Artes Cênicas da Funarte, que representa aqui o Presidente da Funarte, o Sr. Francisco Bosco, e compartilha também com o Presidente a coordenação do Comitê Executivo da Política Nacional das Artes, que é um processo bastante



MINISTÉRIO DA CULTURA
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL

complexo e extenso para ser tratado resumidamente. A Política Nacional das Artes será trazida para dentro do CNPC para o debate.

Sra. Ana Beatriz Magalhães Mattar – Conselheira do Colegiado Dança, trouxe para a reunião uma Carta para ser entregue, que é uma demanda urgente, que trata como a Dança está sendo inserida na grade nacional curricular no âmbito da educação física, o colegiado setorial defende e propõe que a dança permaneça no campo das humanidades. Como está em tramite deve entrar na pauta do CNPC, pois é urgente e precisa ter atenção.

Sra. Ana Silva Bloise, Conselheira de Museus - Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus. A Política Nacional de Museus começou em 2003, e, em 2004, foi quando começou a funcionar este comitê. Em 2010, foi criado o Plano Nacional Setorial de Museus que está em fase de revisão e estruturação com metas mais definidas. O Comitê trabalha as questões do Sistema, através da constituição de grupos de trabalho com metas e eixos pré-definidos. Acrescentou que está muito contente e que é uma honra estar aqui.

Sra. Vânia Maria de Oliveira Santos, Conselheira de Artesanato, também é da gestão passada e no Pleno do CNPC é a primeira vez. Nossa maior preocupação é o Plano Setorial de Artesanato, o Plano está pronto e não foi publicado, temos agora nossa profissão regulamentada e precisamos encaminhar esta questão.

Sr. Adegmar José da Silva, Conselheiro de Cultura Afro - Brasileira, gostaria de ser chamado de Candieiro, e por estar no Colegiado de Cultura Afro-Brasileira, gostaria de chamar a atenção que isso é grande e que não consegue ver a cultura afro-brasileira somente em um Colegiado, “eu nos vejo em dança, em design, em todos os setoriais, e isso ficou claro na conferência, que quando você fala em cultura não é visto o negro e o índio. Então são tantas coisas que devem ser feitas neste conselho, para conseguirmos inserir a cultura negra em todos os segmentos, é uma missão, porque ainda precisamos dizer cultura afro-brasileira, cultura negra. Meu povo está morrendo, estão queimando terreiros, matando jovens. Minha missão é introduzir a cultura negra em todos os segmentos, porque nós não somos separados e juntos seremos mais fortes.”

Sra. Gabriela Silveira Barbosa - Conselheira de Arte Digital – nosso colegiado está bem diversificado e está bem novo também, com muitas demandas e propostas novas. “Precisamos ter voz, e organizar como principal demanda termos uma representação mais forte e mais representativa nos estados e municípios brasileiros, além de abrir o diálogo e participar mais dos eventos do MinC, pois vamos como ouvinte, e consideramos fundamental que sejamos convidados a contribuir e atuar juntamente nessa construção. Nosso colegiado está bastante diversificado, eu estou no pleno, sou uma mulher e meu suplente é um quilombola e queremos que a arte digital seja vista, temos muitas coisas para agregar, pois a arte digital conversa com todas as artes.”

Sr. Oseas de Moraes Borba Neto - Conselheiro do Teatro: não é remanescente do último colegiado, fez parte do primeiro e agora como é chamado do Novo CNPC. O colegiado está bem reformulado e representativo, e queremos que o MinC nos dê condições de representar o Teatro no Brasil, mesmo! Queremos dialogar com nossos pares, com os povos indígenas com



MINISTÉRIO DA CULTURA
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL

todos os grupos. “Eu sou o titular e minha suplente é uma mulher negra. Estamos aqui para somar com todos e considero este conselho muito importante, principalmente deve se reerguer e ter a força que teve no primeiro mandato.”

Sra. Luana Macena de Melo, Conselheira do Circo, foi da gestão griô, e agora quebrando o paradigma do machismo que o Circo também está envolvido, assume o pleno uma mulher, sente-se honrada pela quebra de paradigma e pela construção que isso representa. Não trouxe pauta do Colegiado, “entendemos que primeiro se dá a Posse ao Colegiado para depois ser conselheiro, nossas demandas poderão vir após a primeira reunião”.

Sr. Henrique Pereira Rocha, Conselheiro de Culturas Populares, é suplente, o titular não pode estar presente. Houve renovação significativa do colegiado e ampliação de estados brasileiros na sua representatividade, muitos estados estiveram ausentes na última composição. O Colegiado decidiu que o grupo não será dissolvido, dependendo somente das reuniões previstas na agenda, manterão contato permanente e estarão trocando informações por e-mail e grupos criados nas redes sociais, também ficou definido que os titulares e suplentes estarão sempre em contato pelos próximos 2 anos, sem restrição, até as convocações. Também irão tratar da agenda do próximo biênio, que não foi possível devido a ausência da representação da SDCD, e reforçam a importância da SCDC, que coordena este colegiado, em estar mais presente ao grupo. Cita a importância do trabalho realizado pela SCDC nas políticas desenvolvidas, e considera que o colegiado deve pautar as políticas e participar junto ao MinC. Coloca uma observação da não citação do nome do colegiado na Posse.

O Sr.Secretario Vinicius Wu, solicitou a fala para formalizar uma retratação, esclareceu que o Conselheiro Sr. Milton Gonçalves, que foi convidado a citar a composição do Pleno do Conselho, na Posse, não citou o nome dos colegiados e das instituições, e falou somente os nomes das pessoas ali presentes, não foi uma falha de informação, foi um momento de improviso na apresentação. Será dada a devida atenção e sempre serão devidamente citadas as respectivas instituições e os respectivos colegiados.

Sra. Alessandra Costa Gomes, Pajama – Conselheira de Patrimônio Material – iniciou sua fala fora do microfone, chamando a atenção para a questão da Acessibilidade, colocou como desafio do Colegiado, a montagem de Grupos de Trabalho para tratar os pontos a serem trazidos pela representatividade dos membros e desta forma sistematizar proposições, moções e encaminhamentos, citou as questões de arqueologia, e outros como as injustiças sociais, a acessibilidade, não se fala do público com deficiência, dos artistas com deficiências e devemos trazer aqueles que não são citados ou pouco citados na construção das políticas, como também diversos casos de deficiências, que não são tratados com atenção na questão do patrimônio. “Estou muito emocionada sou de São Luís do Maranhão e hoje São Luís é uma terra que está se levantando e está assumindo sua identidade e sua riqueza. Me emociona estar representando o Patrimônio Material e o Maranhão. Devemos sempre empoderar mais um e formar pares e acreditar que a gente pode mudar e conseguir formar um colegiado que possa propor atitudes, e relacionar aqueles que fazem parte de todas as áreas contempladas como Patrimônio Material.

Sra. Kathia Castilho Cunha – Conselheira de Moda, a moda teve uma memória pouco constante nestes dois primeiros momentos deste colegiado, o Plano Setorial esta sendo revisto, e



MINISTÉRIO DA CULTURA
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL

o Plano Nacional que está sendo revisado, deverá ser analisado para que seja dada a devida leitura. “Ao avaliar os dois planos, o colegiado irá focar em construir um Plano para Moda na tentativa de construir o reconhecimento do setor na sua magnitude civil, para que a Moda não seja somente área da cultura mas cumpra seu aspecto civil mais amplo, nos eixos que são definidos.” O Colegiado também está organizado por grupos nas redes sociais e e-mails. O setorial foi quase todo renovado, ficando somente 1 (um) representante da gestão anterior.

Sra. Marta Raquel Colabone, Conselheira do Sistema S de São Paulo/SP.

Sra. Márcia Costa Rodrigues – Conselheira do Sistema S, hoje como titular, está revezando com a Marta o mandato no pleno do CNPC. É gerente de cultura do SESC Nacional, o SESC atua na área da cultura em todo o Brasil e esperamos contribuir, colaborar e representar os setoriais e estruturar ações de como poderemos ampliar o diálogo em todo Brasil.

Sra. Patricia Barbosa, Conselheira do Ministério do Meio Ambiente, é suplente da titular, Sra. Renata Maranhão, que está em férias, e estão novamente juntas nesta e na outra gestão. Estou muito feliz com a pauta proposta na posse, para nós que trabalhamos com educação ambiental, é muito engrandecedor que estes processos participativos possam ser construídos em conjunto e tenho certeza que tem tudo para dar certo.

Sr. Antônio Padilha – Conselheiro de Música Erudita, explanou sobre sua inconformidade sobre não haver a cerimônia de assinatura de posse no ato da designação. Também citou a ausência de informações atuais e concretas sobre o CNPC no site do MinC.

Sr. Manoel José – Conselheiro de Música Popular, concordou com Antonio Padilha na inconformidade do ato simbólico na posse, que não atendeu as expectativas, quando se fala de empoderamento da sociedade civil, não há o ato como foi feito na cerimônia de posse. Explanou sobre o histórico do colegiado, quando começou como câmara setorial, citou que atuou no colegiado saiu e retornou para atuar neste biênio. Durante o período que esteve fora, sempre foi convidado pelo MinC para apresentar estudos sobre o setor de música, no qual possui rico acervo e histórico. Citou a lei da obrigatoriedade das aulas de música nas escolas, que não é clara, mas existe. Citou o fato da existência de cotas e gênero, neste novo momento do conselho. Finalizou acrescentando que o setorial de música é sempre muito crítico.

Sra. Manuela Lorenzo – representante da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, após breve apresentação, prontificou-se a contribuir nos debates do CNPC ao longo do próximo biênio.

Sra. Fernanda Sobral – representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC – pontuou a importância da presença dessa instituição nos debates do Conselho, espaço de diálogo e de construção da democracia por meio da cultura.

Sr. Rafael Passos – Conselheiro de Arquitetura e Urbanismo - explanou sobre o processo eleitoral, e citou o aumento da representatividade para o setor: antes haviam 9 membros e hoje foram eleitos 15 titulares e 13 suplentes, bastante significativo. Citou o histórico do Solar do IAB, desde o período da ditadura e hoje um Centro Cultural e um Ponto de Cultura. Foi organizador do Fórum Social Mundial em 3 momentos. Proposições: comissão



MINISTÉRIO DA CULTURA
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL

intersectorial: política se faz com intersectorialidade, não com setorialidade. Ressaltou a importância do Programa Cultura Viva e a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, que deve ser tratado de forma a ampliar os canais de participação e que se torne mais um meio de construção política.

Sr. Jorge Abraão – representante do Ministério do Planejamento, cuja equipe organiza o PPA no Ministério, importante informar que ontem foi aprovado o orçamento, que é um plano de 4 anos e é interessante apresentar e informar por meios participativos, o que o governo organizou e compartilhar estas ações, entre outras discussões que são relevantes para cultura, no âmbito interfederativo.

Sr. Leonardo Marques – representante, suplente, do Ministério do Planejamento, cita a importância da construção das políticas culturais, e relacionou que como o Plano Nacional de Cultura e o Plano Estratégico possuem instrumentos muito semelhantes, com metas e proposições legislativas, citou os direitos da população da terceira idade, reafirmando a importância da abertura do espaço para a sociedade.

Sra. Alice Monteiro Lima – representante da CNPdc (Comissão Nacional dos Pontos de Cultura), que tem importante papel no contexto das políticas públicas para cultura, defende a cultura como direito humano e a cadeira da representação das organizações da sociedade civil (Inclusão Social por intermédio da Cultura) na qual veio compor.

Sra. Letícia Teixeira – representante do Ministério das Cidades, está na segunda gestão, parceira de longa data (2004 e 2006), tivemos presentes no colegiado de Arquitetura e Urbanismo, que é algo maior do que envolver só arquitetos, e projetam trabalhar o colegiado mais que o setorial, mas abrir mais para a questão das cidades e territórios no conselho.

Sr. Vinicius Wu – Secretário de Articulação Institucional, propôs como objetivo da reunião fazer uma pactuação das organizações, dos conselheiros e instituições do poder público que compõe o CNPC, para que seja construído um outro padrão de funcionamento do Conselho. Que não tenhamos mais reuniões como essa. A pauta será previamente divulgada e previamente discutida, antes de cada reunião. / Nós queremos que as reuniões nos momentos das discussões sejam transmitidas em tempo real. / Como teremos 2 dias de reunião, que os conselheiros debatam com seus pares para que nas reuniões o debate e as deliberações quanto aos encaminhamentos da pauta sejam de fato compartilhados, propondo que no período da manhã ocorram a proposição de pautas e no final com o compartilhamento dos atos e dos temas, se tenha condições de deliberar de forma participativa. Sou historiador, com experiência premiada internacionalmente (ONU, Banco Mundial...) por iniciativas que tratam do uso das tecnologias para promoção da participação social, experiência realizada no governo do Rio Grande do Sul, e vamos implementar iniciativas para dinamizar o funcionamento do CNPC.

Este deve ser um espaço de pactuação e de co-gestão, aqueles que estão aqui representados sabem que avançamos muito nas conquistas da consolidação da utilização na representação pública e na abertura do diálogo. A participação deve se encontrar com a gestão, com monitoramento e acompanhamento de resultados. / Que este não seja um espaço para a sociedade civil apresentar demandas, mas que seja um local de construção de estratégias.



**MINISTÉRIO DA CULTURA
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL**

Na apresentação da proposta de funcionamento do CNPC, que será disponibilizada junto a este documento, propomos que o CNPC esteja integrado com outros canais de participação, como a preparação da IV Conferência, que deve ter como ponto de partida, a memória e o diagnóstico do que foi proposto, e deve ser realizado o monitoramento para a construção da agenda, sendo uma das pautas a serem tratadas na primeira reunião do CNPC. / É uma estrutura complexa, abrangente, e devemos pensar e formular que tipo de mecanismos devem ser previstos e criados para garantir estes desdobramentos, que tipo de prestação de contas queremos, para as estruturas e implementação pública nos espaços de participação.

O CNPC deve se tornar uma autoridade pública, com condições de incidir sobre o Congresso Nacional. Deve constituir-se como um instrumento de reflexão. Queremos que seja dado o devido espaço e criar condições para dar maior visibilidade ao CNPC. / A CNPDC e as Teias devem ser espaços de participação junto ao CNPC.

O amplo uso de tecnologias deve ser formulado como um espaço de construção de sínteses, para o uso de consultas e de formalização de atos e de reuniões à distância, integrando estruturas, pautas e agendas dos Ministérios, do IPHAN, das Representações Regionais e demais instituições vinculadas ao CNPC. / Uso de tecnologias utilizadas para obras e projetos, para acompanhamento em tempo real, é uma tecnologia que já existe e deverá ser adaptada. / Diante das novas proposições, devemos incorporar os novos assuntos ao CNPC e alterar algumas nomenclaturas.

Para esta nova gestão, devem ser estabelecidas normas de funcionamento com apuração e responsabilidades do poder público e sociedade civil representada, através de um código de ética e decoro, para elevar o nível das pautas e das construções do Conselho, que devem institucionalizar e propor um novo cenário e uma perspectiva real de mudança.

Devemos estabelecer também uma dinâmica de formação, para a relação dos agentes públicos, com a sociedade civil, como com os Povos indígenas, pois muitas vezes não sabemos lidar com as especificidades, por não sabermos respeitar e nos portar com estes povos em determinados ambientes.

Formatar uma agenda com o poder público, pois muito do que é debatido em outros ministérios, deve ter o devido encaminhamento e monitoramento com as pautas apresentadas pelos colegiados setoriais. A pauta interfederativa se faz fundamental. /O CNPC deve se tornar o protagonista dos grandes debates de participação social no país. / O Kuarup pode ser um espaço da conferência, e que seja um grande momento de afirmação dos direitos culturais.

O CNPC terá as pautas implementadas neste novo exercício da gestão para o Biênio 2015 -2017.

- Apresentação da Pauta e Calendário

PAUTA REUNIÃO DO PLENO DO CNPC

- 1) Apresentação dos Novos Conselheiros e Conselheiras;



MINISTÉRIO DA CULTURA
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL

- 2) Dinâmica de Funcionamento do Conselho Nacional de Política Cultural e
- 3) Agenda 2016;
- 4) Encaminhamentos sobre Decreto nº 5.520/2005 (que dispõe sobre a composição e o funcionamento do CNPC) e Portaria nº 28/2010 (que aprova e publica o Regimento Interno do CNPC), e Código de Ética e Decoro do CNPC;

CALENDÁRIO CNPC 2016

1. Apresentação dos Novos Conselheiros;
2. Dinâmica de Funcionamento e Política de Formação para Conselheiros e Agentes Públicos;
3. Regimento, Decreto e Código de Ética;
4. Funcionamento dos Colegiados e Planos Setoriais.

Agenda Anual

Reuniões Ordinárias – Quatro reuniões/Ano

- Primeira Reunião Ordinária – Março/2016
- Segunda Reunião Ordinária – Maio/2016
- Terceira Reunião Ordinária – Agosto/2016
- Quarta Reunião Ordinária – Novembro/2015
-

Reuniões Extraordinárias – Previsão de Três Reuniões /Ano

- Agenda conforme necessidade de encaminhamentos

Reuniões dos 18 Colegiados Setoriais – Duas Reuniões/ Ano

- Primeira Reunião de cada colegiado – Primeiro Semestre/2016
- Segunda Reunião de cada colegiado – Segundo Semestre/2016

- Abertura do Debate:

1º inscrita – Conselheira Luana Melo (Circo):

- Questionou a questão da transparência das atas argumentando o fluxo para disponibilização das mesmas;
- Criticou a dificuldade de infraestrutura, pois mesmo com o MinC disponibilizando



MINISTÉRIO DA CULTURA
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL

locus para os conselheiros operarem, há dificuldade de acesso as representações regionais que estão em sua maioria nas capitais;

- Propôs que seja criado um espaço para construção compartilhada da TEIA da Diversidade.

2º inscrito - Conselheiro Davy Alexandrisky (Artes Visuais):

- Cobrou uma pauta já discutida em outras plenárias sobre o encaminhamento das agendas do Ministro para acompanhamento dos Conselheiros;
- Também criticou a morosidade da disponibilização das Atas das reuniões ordinárias;
- Criticou a falta de presença dos conselheiros dirigentes do MinC, reiterando que esse perfil já era recorrente nas outras reuniões do mandato anterior.

3º inscrito – Conselheiro Manoel José de Sousa Neto (Música Popular):

- Propôs que as reuniões dos colegiados sejam sempre antecedentes as plenárias para facilitar o fluxo das demandas e amadurecimento das pautas;
- Também criticou a ausência das secretarias e solicitou que constasse em Ata que principalmente a SCDC deveria estar neste corpo, trazendo outras dificuldades de diálogo com a Secretaria supracitada;
- Também cobrou a disponibilização das Atas, trazendo o exemplo do Fórum Nacional de Serra Talhada.

4º inscrito – Conselheiro Paulo Henrique Menezes da Silva (Mestre Paulão) (Patrimônio Imaterial):

- Criticou a falta de memória do que foi produzido no setor de Patrimônio Imaterial, também problematizando que a questão da dificuldade de transparência das Atas reforça o estigma de uma ineficiência do Conselho;
- Solicitou registro em Ata que em Florianópolis está sendo fechado um Instituto que cuida da preservação de patrimônio local;
- Destacou a necessidade de atenção ao patrimônio da Capoeira, citou a Lei 166/15 para conhecimento.

5º inscrito – Conselheiro Oseas de Moraes Borba Neto (Teatro):

- Também criticou a falta das Atas;
- Criticou a falta de estrutura das Representações Regionais (RRs) fazendo um apelo para que seja dada relevância ao papel estruturante das parcerias políticas;
- Afirmou que a força deste conselho parte do reconhecimento do Ministro Juca e que a expectativa é de que sua presença seja constante para legitimação do CNPC;
- Solicitou que nas agendas do CNPC seja reservado um turno para articulação de pautas junto a ASPAR e a Comissão de Cultura, Educação e Desporto do Congresso.

6º inscrito – Representante Sandro Santos (Fundação Cultural Palmares):

- Propôs que para o estreitamento com as pautas parlamentares era necessário o envolvimento e legitimação do diálogo com a Comissão de Cultura na Câmara;



MINISTÉRIO DA CULTURA
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL

- Afirmou o papel do CNPC como também sendo um ente articulador das demandas e pautas das políticas junto aos estados e municípios, através de fóruns e que dialogam de maneira mais orgânica com a sociedade civil, propondo um caráter itinerante destas reuniões ordinárias;
- Solicitou reforço na implementação do Plano Setorial de Cultura Afro-brasileira.

7º inscrita – Conselheira Alessandra Costa Gomes (Patrimônio Material):

- Destacou necessidade de articulação do sistema MinC com o CNPC para construção de eventos tais como a Teia, e os que tratam de pautas correlatas;
- Solicitou que seja reforçada a presença de representação dos plenos do CNPC nas agendas políticas.

8º inscrita – Conselheira Doralice dos Santos Romeiro (Arquivos):

- Reiterou o papel das RRs em legitimar a atuação do CNPC nos estados e da importância de que os Conselheiros estejam próximos da gestão das RRs para fortalecer esta institucionalidade.

9º inscrito – Representante Sr. Neidmar Charão (CONNECTA):

- Questionou que o SNC propõe um diálogo interministerial e que o CNPC pode ser um ente articulador destas transversalidades, podendo auxiliar para que as agendas produzidas no CNPC possam ser operadas nos outros ministérios e é sumariamente legítimo o papel dos Conselheiros em pautar e acompanhar estas questões;
- Acolheu a proposta do Secretário Vinicius Wu para que o Gabinete Digital tenha um papel suprir o trato das grandes agendas possibilitando estrategicamente a articulação do CNPC no âmbito nacional;
- Chamou atenção para que a grande agenda do CNPC tem que passar pela estruturação do SNC e posicionamento conciso das pautas de marco regulatório relevadas pelo Ministro, como o Pro Cultura, PEC 421, 250 e correlatas.

10º inscrito – Diretor Andrey Schlee (IPHAN/MinC):

- Propôs que as RRs e superintendências do Sistema MinC incluam em suas agendas o convite periódico aos eventos nos estados e municípios respeitando a relevância da representatividade dos mesmos;
- Proposta de que as Atas sejam disponibilizadas no modelo de Súmula para facilitar a operacionalização deste fluxo.

11º inscrito – Conselheiro José Augusto José Augusto Tulio Filho (Design):

- Criticou o veto no planalto para regulamentação do setor do Design, sendo que o MinC nem foi consultado sobre o Projeto de Lei;
- Criticou que as Atas do Colegiado de Design não estão disponíveis e não há nenhum histórico do que foi construído com informações de Moções, Súmulas, etc.

12º inscrita - Conselheira Ana Beatriz Magalhães Mattar (Dança):



MINISTÉRIO DA CULTURA
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL

- Também criticou a falta de registro da memória do que foi construído e sente a necessidade de que cadeiras interministeriais como Educação (MEC) sejam efetivamente ocupadas para a necessária articulação presencial das pautas;
- Destacou a necessidade de pagamento dos editais, como sendo uma dívida que precisa ser reparada.

13ª inscrita – Representante Alice Monteiro Lima (CNdPC):

- Reforçou as questões já elencadas relativo ao papel do CNPC enquanto instância articuladora da Proposta, e discorreu sobre a importância da cadeira para Comissão Nacional de Pontos de Cultura no Pleno do CNPC.

14º inscrito – Conselheiro Rafael Pavan dos Passos (Arquitetura e Urbanismo):

- Questionou o papel do CIPOC e reiterou as questões já elencadas sobre o papel do CNPC como ente articulador das políticas em outros ministérios.

15º inscrita - Conselheira Luana Macena de Melo (Circo):

- Criticou a falta de organização da logística para os conselheiros.

16º inscrito - Conselheiro Carlos Henrique da Silva Gonçalves Figueiredo (Livro, Leitura e Literatura):

- Criticou a falta de conhecimento das regionalidades brasileiras, propondo reuniões itinerantes do CNPC;
- Solicitou atenção e priorização das pautas em torno do Livro, Leitura e Literatura para aprovação de Leis e de Plano setorial;
- Criticou a concomitância da reunião do Pleno do CNPC com o evento do Tratado de Marraqueche. Solicitou que havendo pautas desta importância ocorrendo ao mesmo tempo, seja convocado o titular e o suplente para a reunião do CNPC.

17º inscrita - Conselheira Gabriela Silveira Barbosa (Arte Digital):

- Não concordou com o modelo de reuniões oficiais a distância e questionou o tempo de implementação e realização das ações propostas para modelo de gestão do Secretário Vinicius Wu;
- Concordou com as demais pautas propostas e solicitou a indicação de um ponto focal na SAI/MinC para articulação das agendas do Sistema MinC, havendo possibilidade de participação dos conselheiros nas agendas de suas pautas.

18º inscrito - Representante Frederico A. Barbosa da Cunha (IPEA):

- Propôs a pauta de discussão do ProCultura, no que tange o regime de prestação de contas orçamentários do MinC como sendo agenda relevante para ser discutida no início do ano;
- Propôs a criação de comitês temáticos para já articularem ao longo do ano as pautas de relações interfederativas, tais como Economia da Cultura, SNC, etc.



MINISTÉRIO DA CULTURA
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL

19º inscrito - Conselheiro Manoel José de Sousa Neto (Música Popular):

- Apresentou um documento de pontos de reivindicações e deliberações do setor. (anexar documento que será disponibilizado em janeiro, após revisão e aprovação do Colegiado)

MESA DIRETORA:

O Secretário Vinicius Wu esclareceu que a não presença dos secretários e do Ministro foi pelo motivo desta reunião ter tido caráter de planejamento interno do CNPC e que estrategicamente não foram mobilizados para não desarticular suas agendas específicas.

Observou que a questão de estrutura será revista e garantirão o apoio junto ao IPHAN que possui superintendências em todos estados brasileiros e junto as Representações Regionais do Ministério da Cultura, poderão contribuir e apoiar estruturalmente as necessidades para as reuniões à distância.

Orientou que a agenda do ministro já é pública e esta à disposição através do site do MinC (www.cultura.gov.br/agenda-do-ministro) e que poderá rever a possibilidade de envio direto.

Sobre a transparência dos autos, alegou que este trabalho vem sendo realizado e que as Atas até 2014 estão todas disponíveis. Foi orientado pela Presidente Lia Calabre que tais documentos fossem lidos para as próximas reuniões do Pleno.

O Secretário Vinicius Wu propôs que os membros do colegiado também estejam presentes nas reuniões do pleno.

Indicou possibilidade de uma próxima agenda do CNPC poderá ser realizada no início do ano em São Paulo, com diversos entes como Sistema S.

Destacou o papel do CNPC como sendo um ente articulador para os processos em outros Ministérios e na estruturação

O encerramento do Secretário Vinicius Wu foi propositivo, sugerindo a formação de 2 GTs paritários, com proposta a acato da seguinte composição:

1. Comitê que analisará o Regimento, Decreto e o Código de Ética e Decoro:
 - 1.1. - Conselheiro Davy Alexandrisky, Colegiado Setorial de Artes Visuais;
 - 1.2. - Representante Márcia Costa Rodrigues (Sistema S);
 - 1.3. - Presidente Lia Calabre (FCRB/MinC);
 - 1.4. - Diretor Eduardo Mattedi (SAI/MinC);
 - 1.5. - Conselheiro Antônio Padilha, Colegiado de Música Erudita. (por indicação e aprovação do pleno)
2. Comitê para sistematizar a Dinâmica de funcionamento do CNPC, Agenda e Calendário 2016:
 - 2.1 - Secretário de Articulação Institucional, Sr. Vinicius Wu;
 - 2.2 - Representante do IPEA, Sr. Frederico A Barbosa da Cunha;



MINISTÉRIO DA CULTURA
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL

- 2.3 - Conselheiro Manoel José Souza Neto, Colegiado de Música Popular;
- 2.4 - Conselheira Ana Beatriz Magalhães Mattar, Colegiado Setorial de Dança;
- 2.5 - Representante da CNPdC, Sra. Alice Monteiro Lima;
- 2.6 - Representante da Casa Civil da Presidência da República, Sra. Mariana B. de M. Parente Sade.

O Diretor Eduardo Mattedi fez uma fala chamando atenção para o exercício pleno de o CNPC ser um ente vetor da formulação das políticas públicas e superar a tendência, que muitas vezes se apresenta na dinâmica, de ser um “balcão” de demandas setorializadas.

O Secretário Vinicius Wu reafirmou que as agendas do Pleno darão seguimento a partir de março de 2016, insistindo que esta nova gestão do CNPC assuma a postura inovadora e garanta efetividade e eficácia aos trabalhos. Fez um apelo para que o presente Pleno pactuara um código de ética e conduta para trato prático com a convivência cidadã e democrática de exercício nestas atividades, para garantir que de nenhuma forma, haja quebra de decoro em sua dinâmica, de forma a garantir a autoridade que o CNPC representa, sendo este um reflexo da qualificação deste corpo.

Por fim a mesa propôs que a assinatura pro forme do termo de posse dos plenos fosse realizada juntamente com a posse dos colegiados, neste ato houve contraposição e após votação foi acatado o posicionamento proposto pela mesa.

- Encaminhamentos Demandados:

1. Enviar ao grupo: Listagens com os contatos dos membros do Pleno; Apresentação do Secretário; e o presente Relatório. (Conselheiro Carlos Henrique da Silva Gonçalves Figueiredo);
2. Informar os conselheiros sobre as questões da máquina pública na operação de eventos e reuniões, pois a logística é severamente criticada, e devemos orientar a todos das necessidades e estrutura para estas ações. (Conselheira Luana Macedo de Melo);
3. Prever e alinhar agenda dos membros do CNPC junto ao Sistema MinC para a participação dos conselheiros nos programas e projetos realizados. (Conselheira Gabriela Silveira Barbosa).

Brasília, 07/01/2015

Relatoria:
Camila Cerreti (RR-BA|SE/MinC)
Christiane Ramírez (CNPC/SAI/MinC)
Layanne Campos (CNPC/SAI/MinC)